

Maia Aguarda Governo Para Que Reformas Tenham Tramitação Rápida

Avaliadas tão importantes quanto a reforma previdenciária pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, nessa quinta-feira, 30, o deputado afirmou que aguarda diligências do Poder Executivo Federal para que as reformas tributária e administrativa tramitem com mais rapidez no Congresso Nacional.

"Eu não tenho como avançar na reforma administrativa sem que o governo encaminhe sua proposta. Nós vamos tentar convencer o Supremo [Tribunal Federal] de que ele deve participar, em conjunto conosco, da reforma administrativa do sistema público, seja dos três Poderes, mas a gente precisa que isso fique claro, porque depois alguém pode entrar com uma ação no Supremo, dizendo que a parte do Judiciário é inconstitucional. Então, por que é que a gente ainda não conseguiu avançar no administrativo? Porque há essa compreensão, há um texto do governo a se enviar e a gente está esperando", argumentou, no evento Agenda econômica e as reformas de 2020, organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em São Paulo.

"A gente precisa compreender de que forma o governo vai organizar a administração pública da União, para que possa organizar a dos servidores da Câmara. Nós vamos fazer a nossa em conjunto", emendou Maia, que declarou que foi reeleito justamente por ter sido visto como um parlamentar capaz de garantir a aprovação da reforma da Previdência.

Para Maia, os estremecimentos que abalaram a relação com o presidente Jair Bolsonaro já foram resolvidos. Ele acrescentou, ainda, que as eleições municipais não deverão atrapalhar os planos do governo. A previsão que apresentou é a de que uma minoria de deputados federais deve fazer campanha para angariar votos, de modo que a votação das principais matérias no Congresso Nacional será minimamente afetada.

Também presente no evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, evitou definir datas para as votações dos textos no Legislativo. "O processamento político é do Congresso", disse, classificando o empenho de Maia e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, como "brilhante".

Governo Bolsonaro quer leiloar ao menos 6 estatais em 2020

Durante evento sobre a agenda econômica do país, em São Paulo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reafirmou sua posição diante da privatização de estatais. "Quando me perguntam, quantas estatais você quer vender? Todas. Em quanto tempo você chega? Não sei, mas tem que correr nessa direção", declarou.

O número de projetos anunciados que o governo Jair Bolsonaro pretende transferir à iniciativa privada soma 115 ativos atualmente. Pelo menos 64 devem ser leiloados neste ano, incluindo a venda de 6 estatais, o leilão do 5G, além de concessão de aeroportos, rodovias, ferrovias e parques nacionais. A quantidade de leilões previstos para 2020 é maior que o realizado em 2019, quando o governo tirou do papel 47 projetos.

Nesta semana, o Executivo mudou, pela segunda vez em um ano, a pasta que comanda as privatizações. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deixou a Casa Civil, chefiada pelo ministro Onyx Lorenzoni e passou a ser coordenado pelo Ministério da Economia de Paulo Guedes.

Federais pedem audiência com ministro Paulo Guedes

Com mais de um ano no governo, representantes dos servidores nunca foram recebidos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para debater propostas referentes aos trabalhadores, sobretudo sobre a reforma administrativa. Diante disso, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que reúne servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário, protocolou nessa quinta-feira, 30, um pedido de audiência com o ministro.

No dia 11 de fevereiro uma atividade deve marcar o lançamento da Campanha Salarial unificada dos federais. No dia 12, a Condsef/Fenadsef também participa de ato no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados, convocado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços Públicos, contra as privatizações, por soberania nacional e contra o desmonte do setor público.

Sobre o conteúdo da reforma Administrativa, não falta especulação. O que se conhece até o momento vem das declarações que têm sido dadas por membros do governo, incluindo o próprio ministro que hoje pelo Twitter do Ministério da Economia reforçou intenção de acabar com a estabilidade no setor público. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro mencionou que o governo precisaria vencer a "guerra da informação" para aprovar a reforma Administrativa.

Além de questionar uma série de argumentos e declarações já dadas sobre o tema, os representantes dos servidores acreditam que sem diálogo não é possível avançar com sucesso em uma proposta que pode aprofundar problemas ao invés de melhorar como o governo tem propagado. Para a Condsef/Fenadsef ninguém melhor do que os servidores para promover esse debate e apontar também ideias e estratégias em torno de melhorias para o setor público. No entanto, o que tem acontecido vem na direção contrária, a de promover o desmonte acelerado e fim dos serviços prestados à população.

Mais pobres sofrerão

Como apontou ao Correio Braziliense o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antônio Corrêa de Lacerda, a reforma administrativa "tem como consequência prática o corte de atividades essenciais, como saúde, educação, saneamento, redução da capacidade de demanda e impactos negativos no crescimento econômico". E quem deve sofrer com isso são os mais pobres. "A visão do chamado Estado mínimo e a ojeriza à atividade do setor público, a exemplo da crise do INSS, pode trazer sério prejuízos à população e a outros setores", disse Lacerda.

Calendário de Atividades

04/02 – Plenária de sindicatos Cutistas, de 9h às 17h30, na Nova Sede da CUT Minas (Rua Pedro de Carvalho Mendes, 70 - Colégio Batista- BH);

08/02 – Reunião da Diretoria, Conselho Fiscal e Coordenação Geral, às 8h30, sede do Sindsep-MG.